

Fichamento do artigo “Climate Fraud and Carbon Colonialism: The New Trade in Greenhouse Gases” (BACHRAM, 2004)

Autor do artigo:

Heidi Bachram: Foi pesquisadora associada no projeto Carbon Trade Watch (Observatório do Comércio de Carbono, em tradução livre), vinculado ao Transnational Institute.

Outros trabalhos: “Rural women in South Africa are doing it for themselves.” (BACHRAM, 2007); “Announcing a New Book: Climate Change, Carbon Trading and Civil Society” (BOND *et al.*, 2007); “The Sky is Not the Limit. The Emerging Market in Greenhouse Gases” (BACHRAM *et al.*, 2003); “Don't bank on it” (BACHRAM, 2006).

Ideias Principais:

- O Protocolo de Kyoto (1997) estabeleceu uma meta de redução das emissões de gases de efeito estufa em 5,2% abaixo dos valores de 1990, incorporando também ao acordo o mercado de carbono (p. 2);

- Tal estratégia (mercado de carbono), ao mesmo tempo em que transforma a “permissão de poluir” em uma mercadoria, perpetua injustiças ambientais e sociais (p. 2);

- O comércio de emissões se baseia no estabelecimento de um limite de emissões para os países, acordado no Protocolo de Kyoto, e na conversão das toneladas de carbono que correspondem a esse limite em créditos (por exemplo, uma tonelada de gás carbônico corresponderia a um crédito), que são distribuídos entre os agentes poluentes de cada país (International Emissions Trading Association, 2001) (p. 3);

- Sendo assim, aqueles atores que emitirem além de suas cotas de emissão, deverão comprar créditos de carbono de atores que emitiram abaixo de suas cotas; enquanto os poluidores que não consumiram todos os seus créditos podem “poupá-los”, guardando-os para o futuro, ou comercializá-los no mercado de carbono (p. 3);

- Além disso, agentes poluidores podem conseguir créditos apoiando projetos de “desenvolvimento limpo” e de “implementação conjunta” (“*joint implementation*”), geralmente em países em desenvolvimento, tais como plantio de monoculturas de eucalipto, implantação de infraestrutura para geração de energia solar e eólica ou para aumento da eficiência na produção de energia (p. 4);

- Os créditos obtidos através desses projetos são estimados com base na comparação entre a realidade de emissões com o projeto implantado e uma realidade alternativa, sem o projeto, o que cria um enorme espaço para valores superestimados pelos poluidores, que acabam recebendo créditos para aumentar suas emissões de gases de efeito estufa ou as de outros atores que os comprarem (p. 4);

- Além disso, a redução de emissões não é diferenciada entre poluentes, permitindo que seja alegada a redução de um tipo de gás no lugar de outro (p. 4);
- A falta de uma regulação rígida do mercado de emissões é outro ponto que aumenta sua insegurança e a possibilidade de fraudes (p. 5);
- Um exemplo da falta de mecanismos regulatórios adequados é o pagamento de incentivos, por parte do governo do Reino Unido, para empresas que aderiram ao acordo voluntário de redução de emissões, mas que já haviam cumprido as reduções acordadas em respeito a regulações da União Europeia (ENDS, 2003), fazendo com que as organizações fossem pagas para fazer algo que já era sua obrigação (p. 5);
- Diante das falhas de regulação, algumas Organizações Governamentais, corporações e empresas de consultoria passaram a cumprir o papel de monitorar ou estabelecer padrões para projetos de “desenvolvimento limpo”, o que cria dúvidas sobre a confiabilidade e objetividade do processo (p. 5);
- Além dos problemas regulatórios do mercado de emissões, de acordo com o Centre for Science and the Environment India (2000), projetos de fixação de carbono, como o plantio de monoculturas de árvores, representam uma nova forma de colonialismo, realizada por meio de uma política climática (p. 6);
- Reproduzindo relações colonialistas, países do Sul Global são usados por países do Norte Global, maiores responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa, como receptores do carbono produzido pelo estilo de vida de suas sociedades (p. 7);
- Apoiadas na lógica de que projetos de captura de carbono ou de geração de energia por fontes renováveis em determinado local (geralmente países em desenvolvimento) possam compensar as emissões em outro (geralmente países ricos), as corporações usam a máxima do “carbono neutro” para se promoverem e conquistar os consumidores, enquanto nada têm de fazer para modificar suas cadeias produtivas e empenhar maiores esforços (p. 7);
- Dessa forma, o mercado de carbono apresenta-se como uma saída fácil, que não leva a uma mudança necessária das formas de produção e consumo dos maiores poluidores (países mais ricos) e ainda acarreta impactos negativos às populações de países menos desenvolvidos economicamente, onde comunidades são muitas vezes expulsas ou têm seus modos de vida alterados pela implantação de monoculturas de eucaliptos, podendo também trabalhar nessas plantações de maneira degradante (p. 8);
- Outras injustiças trazidas pelo Protocolo de Kyoto foram: a atribuição de créditos com base no histórico de emissões, privilegiando grandes emissores; a consideração de sumidouros de carbono somente como áreas manejadas por agentes com “status oficial”, negligenciando florestas mantidas ao longo de séculos por populações indígenas; e a falta de proteção de ecossistemas campestres (*grasslands*), que ficam vulneráveis à substituição por monoculturas (mesmo que sejam menos diversas e não nativas) (p.9);
- Apesar de algumas organizações não governamentais terem elaborado um “tratado alternativo” durante a Rio 92, indicando o mercado de emissões como uma saída superficial

para as mudanças climáticas (NGO Alternative Treaties, 1992), essas entidades têm sido cooptadas pelo meio corporativo, recebendo grandes doações que acabam criando um conflito de interesses ou sendo convencidas pelo discurso “ganha-ganha” que muitas vezes acompanha a defesa pela estratégia mercadológica, o que resulta no crescimento do apoio de organizações não governamentais hegemônicas ao mercado de carbono, enquanto entidades menores e movimentos sociais sustentam a oposição a esse mecanismo (p. 11 e 12);

- É improvável que se aumente a rigidez das regras às quais o mercado de emissões está sujeito, dado o enraizamento da lógica liberal no cenário global e a pressão de diversos grupos corporativos pela manutenção dessa dinâmica com o apoio da Organização Mundial do Comércio (p. 12);

- Enquanto isso, as consequências negativas desse sistema são mantidas, entre elas a injustiça ambiental que se perpetua: à medida que os poluidores não necessariamente têm de reduzir suas emissões ou compensá-las no local onde acontecem, as comunidades do entorno continuarão sofrendo com a poluição (p. 13);

- Com todo o dinheiro e recursos investidos na estrutura necessária para implantar o comércio de emissões, outras ações de enfrentamento às mudanças climáticas, mais efetivas e justas, poderiam ter sido tomadas (p. 13);

- Uma alternativa ao mercado de emissões, por exemplo, seria a regulação governamental, através de sanções, taxações e subsídios, o que, no entanto, pode acabar privilegiando grandes empresas, muitas vezes associadas a ações poluidoras, o que demonstra a necessidade de cuidado por parte dos governos na distribuição de benefícios (p. 14);

- Em oposição à dominação de grandes corporações, iniciativas comunitárias e populares, em menor escala, também estão acontecendo pelo mundo, indo desde projetos de geração de energia renovável até oficinas de educação ambiental para a criação de soluções pensadas pela própria população local, em uma lógica “de baixo para cima”, de forma democrática e participativa, sem deixar de lado aspectos econômicos e ecológicos (p. 15).

Metodologia:

A autora constrói seu artigo discutindo diferentes pontos envolvendo o mercado de carbono, iniciando com uma contextualização sobre o Protocolo de Kyoto, suas falhas regulatórias e sobre como a estrutura de implantação do comércio de emissões foi se desenvolvendo, incluindo neste último ponto uma discussão sobre colonialismo, a partir de uma citação do Centre for Science and the Environment India (2000), e incorporando ao debate as desigualdades e desequilíbrios reproduzidos e reforçados pelo mercado de carbono, onde os países do Norte Global continuam poluindo e mantendo seu ritmo de produção e consumo, enquanto os países do Sul Global são usados como sumidouros de gás de efeito estufa, muitas vezes sem o envolvimento da comunidade local. Em seguida, a autora comenta o papel de diferentes atores, como corporações, ONGs e a Organização Mundial do Comércio, no mercado de carbono. Bachram, por fim, reforça sua crítica ao mercado de emissões apoiando-se no conceito de injustiça ambiental, citando Drury *et al.* (1999), e contrapondo

esse cenário a uma proposta alternativa, com exemplos de boas práticas e situações indesejáveis baseados em casos reais de diferentes partes do mundo.

Conclusões:

- Dificilmente uma estrutura regulatória rígida será estabelecida sobre o mercado de carbono, uma vez que tal medida tornaria o comércio de carbono menos atrativo às corporações, que se beneficiam de seu caráter de “baixo custo” e “não desafiador” de sua lógica de operação. Além disso, a hegemonia do neoliberalismo no ambiente internacional torna pouco provável que uma maior regulação seja defendida nesse âmbito;
- O mercado de carbono acaba representando uma forma de governos e corporações passarem uma impressão de que estão fazendo algo pelas mudanças climáticas, quando, no entanto, a concentração de poder se mantém, bem como as relações colonialistas;
- Essa nova forma de colonialismo é mascarada por um discurso que apela a motivações morais e que não considera as causas das mudanças climáticas, focando na implantação de sumidouros de carbono nos países do sul global em vez de modificações nos modelos de produção e consumo no norte global;
- Podendo ser classificado como injustiça ambiental, o imperialismo do mercado de carbono se mostra em diferentes âmbitos, desde o aumento da contaminação em comunidades habitadas majoritariamente por populações latinas nos Estados Unidos (a partir da compra de créditos de carbono por indústrias da região), até a expulsão de populações tradicionais de suas terras para plantio de eucalipto como mecanismo de sequestro de carbono;

Citações que mais chamaram atenção:

“Environmental Data Services (ENDS) exposed the main corporations involved in the scheme as having defrauded the system. They found that three chemical corporations had been given over £93 million in “incentives” by the UK government for their combined commitments to reduce pollution by participating in the voluntary trading scheme. However, the corporations had already achieved their promised reductions under separate compulsory EU-wide regulations. ENDS estimated that one corporation, DuPont, could make a further £7 million from the market value of the “carbon” credits generated. Therefore the corporations had received millions of UK taxpayers’ money for doing nothing.” (p. 4 e 5);

“Offset schemes typically do not challenge the destructive consumption ethic, which literally drives the fossil fuel economy. These initiatives provide “moral cover” for consumers of fossil fuels.” (p. 7);

“Furthermore, land is commandeered in the South for largescale monoculture plantations which act as an occupying force in impoverished rural communities dependent on these lands for survival.” (p. 7);

“Reductions will not need to take place at their source, allowing factories to continue polluting locally. And the communities affected are those with the least power to resist; “pollution

ghettoes” are thereby created, bringing the seemingly abstract nature of the market into deadly focus.”

“The introduction of emissions trading means that precious time and resources are being channeled away from the solutions that could successfully resolve climate change in a just way.” (p. 13);

“One alternative to corporate-led schemes such as emissions trading is government regulation. This can include taxation, penalties for polluting, and imposed technological “fixes,” such as scrubbers and filters on smokestacks.” (p. 14).